

Senadores pedem ação efetiva em defesa do meio ambiente

"Não podemos ficar só no discurso. É preciso passar à ação efetiva", recomenda Sarney no encerramento da sessão que comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente



Sarney: preocupação com meio ambiente não é questão ideológica

Suplicy quer regra na escolha de nomes para o BC

Preocupado com a demora na votação dos projetos de lei que regulamentam a indicação de diretores e do presidente do Banco Central, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou ofício ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), em que levanta dúvidas em relação ao pedido de demissão do presidente do BC, Pêrsio Arida.

Segundo o senador, já que o governo tem pressa na apreciação do nome de Gustavo Loyola para substituir Arida, seria importante e adequado apressar a votação dos projetos de lei que estabelecem regras para a escolha dos dirigentes do BC.

Já o senador Emandes Amorim (PDT-RO) requereu a criação de uma subcomissão temporária, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para elaborar "parecer sobre a indicação de nome para exercer o cargo de presidente do Banco Central".

NESTA EDIÇÃO

Reforma na pauta das comissões

Página 2

Senado integra-se à Internet

Página 2

Inflação pode voltar com juros altos, diz Lucena

A necessidade de um esforço internacional para o banimento completo de todas as armas nucleares existentes no mundo foi enfatizada pelo presidente do Senado, José Sarney, ao encerrar a sessão que comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente.

"A preocupação com o meio ambiente não é uma questão ideológica, de grupos, facções ou de países. É um problema que envolve toda a humanidade", disse Sarney.

A sessão especial, realizada na manhã de ontem, teve como oradores os senadores Valmir Campelo (PTB-DF), autor do requerimento, Coutinho Jorge (PMDB-PA), ex-ministro do Meio Ambiente, e Marina Silva (PT-AC).

Sarney disse orgulhar-se do fato de o Brasil ter ganhado, em seu governo, a melhor e mais completa legislação ambiental de

tudo o mundo, e concordou com a senadora Marina Silva (PT-AC), que discursara momentos antes: "Não podemos ficar só no discurso. É preciso passar à ação efetiva", recomendou.

Valmir Campelo disse estar convencido de que a América Latina e o Brasil, especialmente, possuem um papel único e insubstituível para o futuro da humanidade, devido a características geográficas e culturais e ao estágio de desenvolvimento que ainda permite evitar erros no tratamento à natureza.

A Conferência do Rio de Janeiro, a ECO-92, foi um marco balizador dos ideais ecológicos do mundo moderno, de acordo com o senador, ao lançar e fazer germinar a responsabilidade da opinião pública no sentido da possibilidade e da necessidade de cooperação internacional nesse campo.

Coutinho cobra Agenda 21

Ex-ministro do Meio Ambiente, o senador Coutinho Jorge reclamou do Executivo a instalação imediata de uma comissão criada durante sua gestão, e que teria a responsabilidade de implantar a Agenda 21, documento que resume o conjunto de resoluções da Eco-92.

Da conferência resultaram, segundo o senador, inovações como a introdução definitiva do conceito de desenvolvimento sustentável, em vez de simples combate à poluição, e as decisões então tomadas representam um novo patamar no debate sobre o assunto.

A senadora Marina Silva defendeu uma ação ambiental mais efetiva e condizente com os dis-

cursores que se fazem sobre o tema. Para a representante do Acre é fundamental não só a ação dos governos e órgãos envolvidos com o tema, mas também a consciência e a ação individual de todos.

Marina disse que 30 por cento de todos os mananciais de água doce do mundo estão no Brasil, o que aumenta a nossa responsabilidade. Ela lembrou a "tragédia dos comuns", que se caracteriza pelo fato de que todo mundo se preocupa com seus bens particulares, com suas propriedades, mas poucos se preocupam com o bem coletivo.

■ Leia mais sobre a questão ambiental na página 3

Sabatina de Loyola e reforma constitucional, temas da semana

Devem ser votadas também emendas apresentadas ao relatório de Darcy Ribeiro sobre Lei de Diretrizes e Bases da Educação

O Senado começa uma semana de intensa atividade, com destaque para a sabatina do presidente indicado para o Banco Central, Gustavo Loyola, na Comissão de Assuntos Econômicos, e a discussão de três propostas de emenda constitucional na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Hoje, a Comissão Especial que examina o projeto de Código Civil reúne-se às 10h, na sala 3 da Ala Alexandre Costa, a fim de ouvir o ministro Moreira Alves. Outra Comissão Especial que se reúne hoje é a destinada a promover discussões sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco, que agendou um painel a partir das 17h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho. Nesse mesmo horário, 17h, a Comissão Temporária interna criada para

inventariar as obras não concluídas e custeadas pela União realiza reunião de trabalho na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Para amanhã, quarta-feira, está prevista a primeira votação de uma proposta de emenda



Darcy Ribeiro

constitucional pelo Senado, dentro do programa de reformas do atual governo. A Comissão de Justiça aprecia o relatório do senador Edison Lobão (PFL-MA) sobre a quebra do monopólio dos estados na comercialização de gás canalizado. As propostas de emenda

sobre empresa nacional e navegação de cabotagem também deverão ser discutidas.

Outro tema de grande interesse previsto pela comissão para deliberação amanhã diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que está pendente de votação das emendas apresentadas ao relatório do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ).

Na quinta-feira, dia 8, as atividades das comissões terão como destaque duas reuniões consecutivas da Comissão de Assuntos Econômicos. Às 10h os senadores ouvem o presidente demissionário do Banco Central, Pêrsio Arida, a respeito das razões de sua saída. E às 12h30 sabatinam o novo presidente indicado pelo Palácio do Planalto para a instituição, Gustavo Loyola.

Senado será integrado à Internet

Qualquer pessoa de qualquer parte do mundo já pode acompanhar por um computador interligado à Internet o que está acontecendo diariamente no Senado brasileiro. O presidente José Sarney (PMDB-AP) assistiu na manhã de ontem, na sede do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, a uma demonstração de como está funcionando o sistema.

Entusiasmado, Sarney solicitou à direção do Prodasen que organize, com a urgência possível, uma apresentação destinada a mostrar a todos os senadores como acessar e utilizar os recursos disponíveis na Internet. Com a rede de informática do Prodasen, os senadores já têm à sua disposição informações, em tempo real, de tudo o que ocorre na Casa.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h - Despacho interno.
- 11h - Recebe o Presidente da FUNAI, Lúcio Flávio Coelho.
- 11h30 - Recebe o Embaixador dos Países Baixos, Hendrickjan Van Oordt.
- 11h40 - Recebe o Embaixador da Bolívia, Jaime Balcazar.
- 11h50 - Recebe o Embaixador do Líbano, Gazi Chidiac.
- 14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.
- 18h - Recebe o Presidente da Fundação Habitacional do Exército - POUPEX, General Kümel.

PLENÁRIO 14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta, entre outros assuntos: *PLC nº 32/91, que revoga o art. 106 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil. (Em votação) *PLC nº 89/92, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência, e dá outras providências. (Em votação) *Mensagem nº 168/95, solicita a retirada do PLC nº 94/93, que dispõe sobre a criação, competência e organização da Ouvidoria Geral da Previdência Social, e dá outras providências.

COMISSÕES

10h - Comissão Especial "destinada a examinar o PLC nº 118/84, que institui o Código Civil".
Pauta: Exposição do Ministro do Supremo Tribunal Federal,

Moreira Alves. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta, entre outras matérias: *PLS nº 71/93 (terminativo), que cria o Programa de Crédito Rural Equivalência-Produto; *PLS nº 39/95, (terminativo), que dispõe sobre a continuidade de execução das obras públicas; e *PLC nº 69/94 (não terminativo), que exclui a Light Serviços de Eletricidade S/A da abrangência da Lei nº 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PLC nº 224/93 (não terminativo), que dispõe sobre inspeção em barragens e obras de arte; PLC nº 005/95 (não terminativo), que dispõe sobre limites de potência dos aproveitamentos das quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica de capacidade reduzida, e dá outras providências. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Temporária Interna "destinada a inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação".
Pauta: Reunião de trabalho. Local Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial Temporária Interna "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".
Pauta: Painel sobre "comercialização da produção". Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Dutra contra privatização da Vale



José Dutra

A coleta de assinaturas em requerimento de urgência para projeto de lei visando evitar a privatização da Companhia Vale do Rio

Doce (CVRD) foi iniciada ontem pelo senador José Eduardo Dutra (PT-ES), que pediu o apoio de todos os senadores à iniciativa, que visa trazer o assunto para a decisão do Congresso Nacional.

Dutra ressaltou que a legislação que autorizou o governo a operar sozinho a desestatização foi aprovada por um Congresso Nacional "acuado pelo furacão Fernando Collor de Mello", e que depois arrependeu-se do "cheque em branco" dado ao então presidente.

Amin: experiência agrária em SC é exemplo para o país

A experiência desenvolvida pela prefeitura de Timbó Grande, em Santa Catarina, para o assentamento de agricultores sem terra foi destacada pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC) como exemplo de reforma agrária a ser seguida pelo país. O programa, que atende de início 11 famílias da região, é, segundo defende, mais um forte argumento em defesa da municipalização da reforma agrária.

Com o que apuraram na colheita de tomates que cultivaram coletivamente, os agricultores puderam saldar os débitos existentes junto ao banco financiador, e ainda obtiveram lucro significativo - disse o senador, garantindo que os resultados foram tão compensadores que, este ano, a administração de Timbó Grande pretende implantar mais três projetos, atendendo a outras 40 famílias interessadas.

Mundo tem nova visão do meio ambiente, diz Alcântara

Senador lembra que, há 20 anos, Brasil defendia a industrialização a qualquer preços para países em desenvolvimento

Lembrando o que considera marcos fundamentais na mudança de mentalidade em relação à questão ambiental, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um breve histórico das duas Conferências Mundiais do Meio Ambiente realizadas pela ONU em 1972, em Estocolmo, e em 1992 no Rio de Janeiro. O senador chamou a atenção para o fato de que, em 1972, o Brasil defendia a industrialização a qualquer preço para países em desenvolvimento.

Vinte anos depois, a mentalidade é outra, observou o senador. Da Conferência de Es-

tolocmo aos dias atuais, houve intensa mobilização da sociedade, de organizações não governamentais e de governos. Organismos de fomento internacionais alertaram para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico, pois os recursos naturais corriam o risco do esgotamento. "Foi criada a Comissão Mundial do Meio Ambiente, que desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável, um conceito fácil de compreender e difi-



Lúcio Alcântara

cil de se executar", analisou Alcântara.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) concordou com Lúcio Alcântara quanto à dificuldade em se praticar o desenvolvimento sustentável.

Marina Silva denunciou a "distorção do discurso" na prática adotada pelos empresários.

Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou os recentes surtos de epidemia virótica causados pelo desmatamento indiscriminado.

Júlio Campos quer preservação da Chapada dos Guimarães

A criação, há seis anos, do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães não conseguiu impedir a contínua degradação ambiental daquela região de interesse ecológico para o país, no Estado de Mato Grosso.

Diante dessa constatação, o se-



Júlio Campos

enador Júlio Campos (PFL-MT) encaminhou pedido de informações ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, de forma a obter um diagnóstico da atual situação da região a ser preservada, bem como um relato das atividades ali desenvolvidas pelo governo fede-

ral. Campos quer saber o total de recursos despendidos no parque e sua destinação; qual a verdadeira situação fundiária da região; que critérios foram utilizados para demarcar a área; além de outras informações, inclusive sobre o desenvolvimento do Plano de Ação Emergencial (PAE), elaborado em dezembro do ano passado.

Ademir: bancada da Amazônia poderá obstruir votações

Quarenta e um deputados federais e seis senadores da região amazônica firmaram documento, no último fim de semana, em Rondônia, contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e da Elettronorte. O comunicado foi feito em plenário, ontem, pelo senador Ademir Andrade (PDB-PA), destacando que se trata das duas maiores companhias que investem hoje na Região Norte.

-Se preciso, a bancada da Amazônia irá à radicalização na defesa dos interesses da região - advertiu Ademir Andrade. Ele informou que a bancada, em comum acordo com os governado-

res da região, será recebida pelo presidente Fernando Henrique na próxima quinta-feira, quando apresentará o documento assinado pelos parlamentares em Rondônia.

Segundo Ademir Andrade, questões importantes para a Amazônia, como o Sivam, não são discutidas com parlamentares e governadores do Norte. "Nós temos prioridades para a região que não coincidem com as prioridades do governo federal", salientou. O senador pelo Pará disse que nenhuma empresa privada terá interesse em construir hidrelétricas ou linhas de transmissão de energia na região.

Marina deseja romper barreira da incapacidade

"Precisamos romper a barreira da incapacidade e conseguir meios para o escoamento da produção e, assim, alcançar o desenvolvimento sem depender da boa vontade do governo federal". Foi o que afirmou a senadora Marina Silva (PT-AC) ao comentar encontro realizado pela bancada parlamentar da Amazônia, no final de semana em Porto Velho, onde dezenas de deputados e diversos senadores debateram os problemas da região e do país.

Marina, manifestou-se favorável à tática da obstrução, na votação de matérias de interesse do governo.



Iris Rezende

Iris propõe solução para crise no campo

Às vésperas da próxima reunião entre a Frente Parlamentar da Agricultura e representantes do governo, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu uma solução para a crise que atinge o setor agrícola. Ele adiantou que proporá a consolidação da dívida passada dos agricultores e sua conversão em equivalência/produto com vencimento prorrogado por cinco anos.

Para o senador, os dados relativos à região Centro-Oeste evidenciam que a crise na agricultura já extravasa os limites do setor. Segundo ele, cresce o número de municípios que decretam estado de emergência diante da queda de 40% na arrecadação registrada desde o início da safra deste ano. Além disso, as vendas de máquinas agrícolas, fertilizantes e demais insumos sofreram redução de 60% em relação ao ano passado.

O comércio, a agroindústria e o setor de serviços já sofrem as consequências da derrocada - completou.

Uma das principais razões da crise, segundo Iris Rezende, estaria no descumprimento da política de preços mínimos.

Juros altos podem trazer inflação, alerta Lucena

Senador adverte que país vive onda de falências e aumento de desemprego

O senador Humberto Lucena (PMDB-BA) alertou para o perigo da volta da inflação, em consequência das atuais taxas de juros que, segundo disse, já chegam a 18 por cento ao mês. Ele salientou que as restrições ao crédito fazem com que o Brasil tenha hoje uma das mais altas taxas de juros de curto prazo no mundo.

"Estamos em terceiro lugar, abaixo apenas da Rússia e do México, países que, diferentemente do Brasil, enfrentam neste momento seriíssimos problemas de desequilíbrio econômico financeiro", acrescentou.

Lucena chamou a atenção para as consequências imediatas da prática de juros altos

e arrocho no crédito adotados pelo governo: "Vivemos uma onda de falências e aumento de desemprego". De posse de alguns dados dos comerciantes de São Paulo, registrou que foram demitidos cerca de 7.646 trabalhadores do comércio naquele estado.

A experiência dos últimos anos, concernente à implementação de políticas restritivas, foi "dolorosa", disse Humberto Lucena, referindo-se ao Plano Collor II, que considerou semelhante ao modelo atual. O senador, porém, reconheceu que houve crescimento econômico depois do Real, e disse que o PMDB e o Congresso trabalharão junto com o governo visando debelar qualquer surto de inflação.

Quebradeira chega a municípios

O aperto nas contas dos estados e municípios, decorrente da política econômica adotada pelo governo federal, poderá produzir uma quebradeira de consequências imprevisíveis, alertou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele defendeu uma mudança imediata dos rumos da economia, para evitar o desastre. "Não é possível continuar nesse aperto. É preciso cuidar para que a mistura de remédios não se torne venenosa e mate o paciente", afirmou.



Ney Suassuna

Suassuna deu como exemplo a situação de seu estado, a Paraíba, cuja arrecadação mensal caiu de US\$ 65 milhões para US\$ 53 milhões, sendo que, deste total, 105% estão comprometidos com a folha de pessoal. A condição das prefeituras é semelhante, de acordo com o senador, pois também os municípios são atingidos pela queda da arrecadação de impostos, e o rateio do Fundo de Participação dos Estados e Municípios está cada vez menor.

Geração de energia atrai empresas

Poucos meses depois de aprovada pelo Congresso, a participação de empresas privadas na geração de energia elétrica já começa a dar certo, informa o senador José Roberto Arruda (PP-DF).

Nos últimos dias, foram assinados os contratos entre o governo e empresas privadas para construção das hidrelétricas de Serra da Mesa, no rio Tocantins, e de Igarapava, no rio Grande, que irão gerar, a partir de 1988, 1.550 megawatts, ao custo de US\$ 1,6 bilhão.

Cafeteira cobra votação do Real

A votação imediata da medida provisória que dispõe sobre o Plano Real foi cobrada ontem da tribuna pelo senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPR. "Nós temos uma moeda virtual e não real, como alguns querem crer", disse, lembrando que há um ano o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, encaminhou a primeira medida ao Congresso que, por sua vez, até o momento não a transformou em lei.

Camata aponta "ciúme" de paulista

As notícias sobre vazamento de informações e supostas propinas recebidas pelos técnicos do Tesouro Nacional sediados no porto de Vitória teriam origem no "ciúme paulista" despertado pela competitividade dos portos capixabas. A denúncia foi feita ontem pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célso Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.